

O grande mercado, trunfo decisivo do País

Ao revelar que as reservas cambiais ultrapassaram US\$ 39 bilhões no conceito de caixa ao fim de julho, em razão da entrada de recursos externos no valor de US\$ 8 bilhões no último mês, o Banco Central (BC) não detalhou essas aplicações. Mas sabe-se que muito pouco disso é devido a investimentos diretos; as reservas tiveram uma estupenda ascensão, graças a aplicações de curto prazo e a compras de dólares. Sem nunca esquecer que o Brasil precisa de investimentos no setor produtivo, de modo a dinamizar a economia e criar mais empregos, são mais animadoras as notícias de investimentos como os da Volkswagen, da Fiat e da Renault, para citar apenas três empresas do setor automobilístico, do que propriamente o acúmulo de reservas cambiais.

É certo que o fato de o Brasil ser um país plenamente participante da globalização financeira é também um dos atrativos de seu forte mercado, ao lado da estabilização da economia, do encaminhamento das reformas constitucionais e do programa de privatização. Mas é óbvio que o País não pode, para desenvolver-se, depender de bandos de andorinhas em constante revoada. As aplicações financeiras internacionais são um recurso válido para resolver uma situação cambial premente – seu livre fluxo pode ser tido até como requisito em face da realidade internacional hoje em dia –, mas não constituem uma base firme para o crescimento.

Nem para a condução da política econômica. A

política monetária já reconhecidamente se ressentente. Segundo o presidente do BC, Gustavo Loyola, a redução dos juros na semana passada teve como objetivo frear, em parte, o ingresso de capital estrangeiro. Ele não mencionou a importância de uma política de rebaixa gradual dos juros para a retomada da economia, mas ninguém pode ignorar quanto é essencial um controle mais rígido da oferta de moeda ante o influxo de capitais em tal montante. E isso pode incluir maiores restrições ao crédito interno.

Informa-se que boa parte dessas aplicações se destinou a quitar dívidas de empresas no Brasil. Somente um levantamento acurado junto ao setor privado, que pudesse servir de amostragem, poderia esclarecer melhor quanto veio para quitar realmente dívidas e quanto veio para rolá-las. Pode-se desconfiar que a rolagem seja mais volumosa que a quitação, mas, em todo caso, isso constitui endividamento a curto prazo. E as aplicações financeiras internacionais podem bater asas a qualquer momento.

Pode servir de um certo consolo saber que se trata de dívida contraída pelo setor privado, não pelo setor público. Algumas das grandes estatais, assim como empresas privadas, têm colocado um total apreciável de papéis a mais longo prazo no mercado internacional, o que é bom, mas isso nem de longe chega a equiparar-se às aplicações de curto prazo. Mesmo que não haja o risco de esse tipo de dívida privada se transformar em dívida ex-

terna de responsabilidade do governo, a exemplo do passado, os acontecimentos de março mostraram quanto pode ser perturbadora, para o País, a súbita migração desses capitais.

O grande risco no ponto em que o País se encontra é o de confiar demais na estabilidade de uma situação por natureza instável. O governo acredita que será possível tornar a balança comercial superavitária e isso pode acontecer até mais cedo do que ainda há pouco se imaginava, mas esse não será um resultado tão comemorável se se basear exclusivamente na contenção da demanda por importações. O jogo efetivamente será virado nas exportações.

Os investimentos diretos no País virão inclusive com essa finalidade, mas aqui não aportariam, antes como agora, se não tivéssemos um mercado interno do porte que já temos e que não pode continuar a ser contido, sem consequências sociais internas e sem repercussões externas. Sob esse ponto de vista, o aumento de prazo para aquisição de carros de luxo por meio de consórcios não sinaliza ainda de forma mais perceptível que o governo vai acabar em futuro próximo com as restrições contingenciais ao consumo. Uma política mais decidida de baixa dos juros funcionaria muito melhor como sinalização prática, como não desconhece o governo.

Em conclusão, uma política de juros altos, assim como pouca flexibilidade do câmbio, só pode ser compreendida como tática, jamais como estratégia.